

## Acerca da deslegitimação pós-moderna do conhecimento

### About delegitimation postmodern knowledge

Luís Estevinha Rodrigues\*

#### Resumo

É objectivo deste artigo apresentar um estudo crítico das ideias de Jean-François Lyotard sobre a condição pós-moderna do conhecimento. Vamos defender que essas ideias já não são plausíveis (se é que alguma vez foram). Argumentarei, pois, a favor de uma outra concepção do conhecimento: um conhecimento globalizado e multidisciplinar.

Palavras-chave: Conhecimento. Condição pós-moderna. Lyotard.

#### Abstract

The aim of this paper to submit a critical study of the ideas of Jean-Francois Lyotard about the postmodern condition of knowledge. We will argue that these ideas are no longer plausible (if they ever were). We therefore defend another conception of knowledge: a globalized and multidisciplinary Knowledge.

Keywords: Knowledge. Postmodern stance. Lyotard.

---

Artigo recebido em 19 de março de 2012 e aprovado em 10 de maio de 2012.

\*Doutor em Epistemologia e Filosofia da Ciência; Investigador no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (LanCog), [lufiro@gmail.com](mailto:lufiro@gmail.com)

## 1. PREÂMBULO

O ensaio tem duas secções. Na primeira surge a teoria de Lyotard sobre o Conhecimento e a alegada queda da sua concepção moderna.<sup>1</sup> Na segunda secção criticamos a posição de Lyotard.

Numa era de guerras da ciência e insidiosos embustes, importa cada vez mais questionarmo-nos sobre alguns dos mais fascinantes problemas filosóficos: O que é o Conhecimento? Que estatuto tem? De que depende? Como se adquire e legitima? Como se justifica? Como se justifica essa justificação? E por aí em diante. Todas estas questões estão interligadas. Todas têm inúmeras derivações possíveis. Quem desejar oferecer respostas plausíveis para elas tem por certo que analisar muitas variáveis, estudar centenas de opiniões, dezenas de correntes filosóficas, históricas, culturais, científicas, etc. Perante esta multidão avassaladora de teorias, hipóteses e opiniões, é praticamente impossível alguém encontrar uma resposta definitiva e inabalável. Apesar disso, podem tentar-se algumas respostas.

Este estudo<sup>2</sup> inscreve-se, como tantos outros, nessa perpétua tentativa de encontrar respostas questionando soluções anteriormente apresentadas. Na impossibilidade real de se apresentar um estudo que considere todas as teorias, correntes, hipóteses e opiniões que constituem o núcleo da epistemologia (em sentido lato), podemos ainda assim centrar a nossa análise e a nossa crítica em hipóteses filosóficas específicas de um determinado tempo ou forma de pensar. Podemos por certo pegar nessas hipóteses e avaliá-las. Podemos também concordar ou discordar com elas em função dos nossos próprios critérios de avaliação. Desde que esses critérios não sejam contraditórios à luz do que propomos, então o resultado final pode ser consistente. Porém, se a teoria que queremos defender não aprova debaixo do seu próprio crivo, como acontece com certas teorias do conhecimento, então o mais provável é que ela não seja consistente.

---

<sup>1</sup> Escrevemos neste ensaio “Conhecimento” com maiúscula para melhor captar o conceito de conhecimento visado por Lyotard, o qual ultrapassa em muito outros conceitos mais tipificados de conhecimento, como por exemplo o conceito de conhecimento proposicional.

<sup>2</sup> O estudo crítico das ideias de Jean François-Lyotard sobre a condição pós-moderna do conhecimento foi realizado exclusivamente na obra “A condição pós-moderna”. Lyotard publicou outras obras posteriores a essa, que tratam da deslegitimação do conhecimento.

A teoria de Lyotard sobre a condição pós-moderna do Conhecimento excede largamente o âmbito de uma teoria do conhecimento. Mais do que apresentar uma análise situada ou datada sobre a forma como adquirimos e justificamos o conhecimento, Lyotard oferece-nos uma visão de conjunto sobre a condição do Conhecimento no que apelida como a Pós-modernidade (possivelmente o lapso tempo-cultural que vai desde os finais séc. XIX até aos nossos dias). Mas mesmo admitindo que as teses de Lyotard sobre o Conhecimento estão correctas para uma eventual era pós-moderna, será que elas ainda são válidas para os nossos dias? Por outro lado, Lyotard prevê, em 1979, uma certa condição do Conhecimento vigente num futuro próximo. Será que o filósofo estava correcto na sua previsão? É que, cerca de vinte e cinco anos passados da Condição Pós-moderna, as ideias de Lyotard parecem insuficientes para descrever correctamente uma nova condição do Conhecimento, vigente nos nossos dias. Por outro lado ainda, se dermos atenção ao que se passa no mundo científico contemporâneo, a concepção que Lyotard apresenta sobre o funcionamento e justificação do conhecimento científico aparece-nos talvez como demasiado redutora.

## 2. SECÇÃO 1

Nos primeiros capítulos da Condição pós-moderna, Lyotard oferece-nos uma digressão sobre o Conhecimento visto como um conjunto com vários elementos: o narrativo, o científico, o técnico, o performativo, etc. Lyotard apresenta também as razões que, segundo ele, conduziram à deslegitimação do Conhecimento na “passagem” da modernidade para a pós-modernidade. Pelo meio da obra são também tratados outros assuntos derivados do central, como sejam, as questões relacionadas com os processos de investigação científica, a forma como a ciência aspira a legitimar o seu discurso, o papel do ensino no processo de criação do Conhecimento, o papel das sociedades nessa criação, as relações de poder intervenientes, etc.

Lyotard (2003, p. 11-14) levanta os velhos problemas da legitimidade do Conhecimento: Como validar o Conhecimento? Quem valida? Com base em que legitimidade? Quais os critérios de validação? Confrontado com estas antigas e pertinentes questões, o filósofo avança com uma hipótese de trabalho: a condição do Conhecimento na pós-modernidade é essencialmente diferente da sua condição na modernidade. Tal

diferença fica a dever-se em parte à “explosão” tecnológica ocorrida no Século XX. O Conhecimento deve agora ser encarado como uma espécie de mercadoria, produzida e comercializada, que confere poder àqueles que a produzem e detêm (LYOTARD, 2003, p. 15). Esta mercantilização do Conhecimento altera portanto substancialmente o papel do Conhecimento nas sociedades pós-modernas, originando novas relações de poder, novas questões de direito, e bastantes outros problemas directamente relacionados com esta sua nova condição.

As questões da legitimidade e do critério de legitimação do Conhecimento, principalmente em relação à legitimação e critérios de validade do conhecimento científico, colocam-se assim, como veremos adiante, lado a lado com a questão da identificação do Conhecimento com o Poder. Antecipando, quem legitima o critério de validade é pois, fundamentalmente, quem detém o poder (LYOTARD, 2003, p. 26).

Lyotard recupera também a ideia de Wittgenstein (2002, § 8) dos Jogos de linguagem para lhes atribuir o papel de *esquemas* de funcionamento do Conhecimento e da sua legitimação. O conceito avançado é o de que o Conhecimento é, e a sua legitimação passa por, a execução contínua de um conjunto de lances de linguagem que obedecem a regras predeterminadas (LYOTARD 2003, p. 29). Esta ideia conduz então o filósofo a um problema fulcral: Quem pode legitimar, e como, as regras que regulam os lances? E, conversamente, com que tipo de lances se pode legitimar essas mesmas regras (LYOTARD, 2003, p. 30)? Dizem-nos então que para responder a essa questão há em primeiro lugar que compreender a sociedade e os seus mecanismos de formação de regras (LYOTARD, 2003, p. 37).

Considera-se também que o Conhecimento é algo mais do que o jogo do conhecimento científico, e que, portanto, a ciência é só um mais um elemento ou subproduto do Conhecimento visto como um conjunto mais ou menos heterogéneo.

Assim, o Conhecimento parece abarcar mais do que um conjunto de enunciados denotativos: o conhecimento é, além de um conjunto de lances efectuados (formulados) por intermédio de enunciados denotativos que tendem para a explicação e compreensão do mundo, um conhecimento fazer, um conhecimento viver, i.e., o Conhecimento abarca um conjunto de enunciados denotativos, prescritivos, avaliativos, etc (LYOTARD, 2003, p. 47). Conhecimento é, pois, a potencialidade e a competência para criar, formar e organizar,

todos os tipos de enunciados, e não apenas os denotativos; daí a ciência e o conhecimento científico serem subprodutos do Conhecimento, e não o contrário.

Lyotard indica o Conhecimento narrativo como suporte que permite às sociedades firmar os critérios de avaliação das suas próprias performances, fixando-se desse modo o que pode ser legitimamente considerado como Conhecimento (LYOTARD, 2003, p. 49). As grandes narrativas instituíram-se assim, desde a antiguidade até à modernidade, como garantes da legitimidade do Conhecimento e, conseqüentemente, como fundadoras da cultura e das sociedades.

Posto isto, Lyotard volta a sua atenção para o modo de funcionamento do conhecimento científico. Esse modo é caracterizado e determinado pelos jogos que são usados para atingir os objectivos, teóricos, técnicos e pragmáticos, perseguidos pela ciência. Nesses jogos destacam-se o da investigação e o do ensino (LYOTARD, 2003, p. 55). Passemos então em revista os principais pontos que interessa reter relativamente a eles.

O jogo de investigação científica e a sua legitimidade constroem-se nas relações criadas entre o destinador dos enunciados denotativos, o destinatário, e o referente desses enunciados. Aceita-se normalmente que o destinador passa enunciados denotativos ao destinatário sobre um qualquer referente, eventualmente uma lei da natureza, um facto (científico), uma prática técnica, etc. Na medida em que a mensagem é verdadeira, porque se baseia em matéria de prova, o enunciado é considerado científico. Surge, contudo, o problema da legitimidade da prova e da regra que sustenta a prova. Este ponto é deveras importante, porque é para Lyotard um dos calcanhares-de-aquiles da ciência. O problema coloca-se na tentativa de firmar o conhecimento científico na sua orgânica de prova, orgânica essa que parece exigir um consenso entre parceiros do jogo científico sobre as regras e os jogos de linguagem usados, bem como um horizonte de verdade, como fundações estáveis. Apesar do processo parecer à primeira vista simples e eficaz, Lyotard levanta-lhe algumas objecções pertinentes que nos obrigam a reconsiderá-lo.

O outro jogo pelo qual a ciência pretende encontrar as suas bases e a sua legitimidade é o do ensino. É graças a este jogo que se perpetua o processo de investigação científica. Aquele que não sabe, o estudante, vai adquirindo as competências necessárias para poder introduzir-se no, e assim perpetuar o, jogo da investigação. Mas o jogo do

ensino pós-moderno também levanta alguns problemas sérios para a condição do Conhecimento, sua evolução e metas. Veremos porquê mais à frente.

O que se mostrou acima faz parte duma preparação para introduzir o tema da *alegada* queda da concepção moderna do Conhecimento.

Lyotard recua até Platão para mostrar que até este se viu na obrigação de apresentar e firmar o seu jogo de linguagem na forma de narrativas-diálogos, jogo que seria o ponto de origem do discurso científico ocidental. Platão procurava legitimar o conteúdo do seu discurso, e usou as narrativas como meios para o seu fim. Lyotard afirma inclusive que o discurso platónico, inaugurando a tradição científica, não é em si mesmo científico, mas somente narrativo.<sup>3</sup> Na pós-modernidade há uma aceitação do conhecimento científico por parte do Conhecimento narrativo, mas não o inverso (LYOTARD, 2003, p. 64). Daí surge o problema da legitimação do primeiro: é que o discurso científico, em particular, ou o jogo da ciência, em geral, vêm-se na contingência de se auto-justificarem por não reconhecerem legitimidade a outros tipos de discursos para o fazer. Contudo, quando o discurso científico procura uma justificação imanente, surgem-lhe de imediato vários problemas, nomeadamente: Quem prova a prova? Quem, como e porquê, decide sobre o que é verdadeiro ou falso? Como se valida as regras do jogo a partir do próprio jogo?

Perante a deslegitimação pós-moderna do Conhecimento, ocorrida muito por força desvalorização das grandes narrativas enquanto referências legitimadoras (e vice-versa), a “nova” legitimação pós-moderna do conhecimento é tentada por intermédio de certos jogos de linguagem científicos que dependem eles próprios de certas pressuposições formais ou axiomáticas. Mas essas pressuposições estão também elas sujeitas à contingência de terem que ser de alguma forma legitimadas (LYOTARD, 2003, p. 80-81). Isto levanta, claro, um problema de circularidade: como se pode fixar as regras e os jogos de linguagem correctos a partir do interior de um sistema que se rege por essas regras e por esses jogos?

---

<sup>3</sup> Mas isto parece ser uma confusão de Lyotard entre forma e conteúdo. Claro que o discurso não poderia ser científico porque esse era um género de discurso que *estava a ser inventado* por Platão, compreendendo-se assim que Platão não poderia ter começado pelo meio ou pelo fim. O melhor exemplo de que o discurso de Platão é já científico no seu conteúdo, embora seja apenas narrativo na forma, é o *Teeteto*, em que a “lógica” da descoberta filosófica e científica fica bem patente nos assuntos abordados, na forma como o são, nas conclusões tiradas, e na abertura para futuras investigações do mesmo género. É esta a diferença entre um discurso científico e um discurso não-científico: um discurso narrativo com propriedades não-científicas é um discurso fechado e não gera normalmente outros discursos científicos. Mas esse não é claramente o caso do discurso platónico.

Concorda-se aqui com Lyotard quando este verifica que a tentativa de legitimar o Conhecimento por intermédio de prescrições assentes na autoridade não é a maneira correcta de legitimar o Conhecimento. Nada assegura que um enunciado prescritivo tenha prioridade sobre um denotativo, ou o inverso, pois são enunciados com funções diferentes (LYOTARD, 2003, p. 83). Logo, não é possível, ou desejável, fixar as regras de legitimação do Conhecimento com base em competências distintas e, até certo ponto, autónomas.

Perante este acumulado de problemas, relacionados com a (des)legitimação do Conhecimento e da ciência na pós-modernidade, Lyotard chega esta inquietante conclusão: “A ciência joga o seu próprio jogo e não pode legitimar os outros jogos de linguagem. Por exemplo, o da prescrição escapa-lhe. Mas, sobretudo, já não pode legitimar-se a si mesma, como a especulação pressupunha” (LYOTARD, 2003, p. 83).

Ou seja, o jogo científico não tem, nem consegue desenvolver, a “força” de que necessita para se firmar em terreno sólido e inabalável. A ciência é uma espécie de “criatura” titubeante que vacila e cambaleia a cada passo que dá. Mais, nada lhe assegura que tenha os recursos necessários para chegar a bom porto pelos seus próprios meios. Esta insegurança do Conhecimento pós-moderno e do jogo científico que nele se desenrola acontece devido a dois factores que, ao recuperar ideias gerais expressas pelo pensador, me permito aqui designar como a *Indeterminação* e a *Incompletude*. A primeira é a incapacidade de determinar rigidamente e inequivocamente as regras de auto-justificação dos jogos de linguagem científicos e de fixar os seus resultados em enunciados perenes; a segunda é a impossibilidade de focar num único ponto toda a diversidade criada por esses mesmos jogos, o que conduz à diversificação, ao parcelamento, e à especialização do Conhecimento; o que o inviabiliza como um conjunto rígido e auto-justificado. A Indeterminação e a incompletude estão interligadas e são causas para o *desconforto* sentido no jogo científico pós-moderno.

Tendo este problema em mente, Lyotard passa a questionar os processos de investigação científica e os seus respectivos fundamentos. O filósofo dirige a sua atenção para o tipo de metalinguagem que poderia eventualmente funcionar como linguagem universal para todas as vertentes do Conhecimento (uma *mathesis universalis* da ciência). Conclui então que os sistemas formais, de onde se poderia hipoteticamente derivar a

validade dos lances científicos, devem assentar na consistência da lógica. Mas, de seguida, questiona a eficácia dessa consistência no momento de se fixar os formalismos necessários ao desenvolvimento da referida metalinguagem.

O argumento apresentado por Lyotard assenta na constatação das consequências do Primeiro e Segundo Teoremas da Incompletude, de Gödel, esperando assim o filósofo mostrar que em certos sistemas formais não é possível obter um sistema completo (ou fechado) de proposições (LYOTARD, 2003, p. 89); pois, como alega alegadamente mostrou Gödel, há sistemas formais em que uma determinada proposição não é confirmável ou refutável no interior do sistema. Daqui decorre, para Lyotard, que os sistemas formais não servem para sustentar uma metalinguagem universal do discurso científico. O problema reside no facto de a transformação da metalinguagem formal em linguagem comum tem como consequência a formação de vícios e paradoxos inultrapassáveis.

Por outro lado é alegado que se mesmo recorrendo à consistência lógica não é possível fixar por completo as regras de um sistema formal com vista à dedução de um jogo de linguagem científico (veja-se, por exemplo, o falhanço do logicismo fregiano e russeliano na derivação da aritmética), muito menos se conseguirá fixar esse sistema de regras para outras vertentes do jogo científico em que a evidência é menor do que a certeza lógico-matemática.

Para agravar, as regras só podem ser estabelecidas por um consenso (quase) *ad hoc* entre jogadores competentes que jogam o jogo científico, i.e., entre agentes habilitados e autorizados do discurso científico. Mas, nessa medida, elas só podem ter o estatuto de enunciados prescritivos (imposições ou prescrições) e não denotativos (declarações ou asserções). A consequência disto é a exigência de uma pré-aceitação das regras do jogo científico, o que, como se pode perceber pelas palavras de Lyotard, é uma espécie de imposição inicial sem a qual o jogo não funciona, que o vicia, e que lhe fere a legitimidade. De maneira que, alegadamente, o conhecimento científico não progride graças a uma qualquer metalinguagem universal que pudesse servir de estrutura firme para sustentar todos os jogos nela incluídos, mas sim graças a uma pluralidade de sistemas que, no entanto, não se conseguem auto-confirmar nem auto-validar.

Importa também referir que a exigência de prova que acompanha os enunciados denotativos no jogo científico obriga também a encarar a técnica, enquanto extensão das



capacidades humanas, como meio de alcançar essa prova. Esta exigência é pois a exigência colocada por critérios de *performance* que visam a produtividade encarada como um componente necessário ao, e um fim do, jogo científico. Prosseguindo essa linha de raciocínio, Lyotard apresenta o seguinte argumento: para haver *performance* e criação da chamada verdade científica no jogo científico tem que haver prova; mas para haver prova tem que se jogar o jogo da técnica, enquanto extensão das capacidades humanas de descobrir e validar a prova e criar verdade; mas, por sua vez, a técnica exige capital financeiro, sem o qual não estão disponíveis as condições necessárias para efectivar a técnica; logo, só quem tem capital pode entrar no jogo técnico e dominar o jogo científico. Logo, como apenas os ricos e poderosos podem dominar esses jogos, segue-se que só eles podem dominar a alegada verdade científica. E, conclui-se ainda mais audaciosamente, este estado de coisas mostra o descrédito e o aparente *invalor* do Conhecimento pós-moderno. Invertem-se de certa forma os fins do jogo científico e do Conhecimento: já não é a motivação da verdade pela verdade que move o espírito de investigação científica, mas sim critérios objectivos de performatividade e lucro, pois só estes podem gerar novos ciclos de investigação e performatividade (LYOTARD, 2003, p. 92-95). Desta perspectiva, a verdade é um produto e uma consequência do jogo técnico-performativo, jogo esse que tem como fim a concretização de metas concretas motivadas por razões políticas, económicas e pragmáticas. Isto atenua claramente o valor do Conhecimento considerado como fim, um *telos* de si mesmo.

Já inseridos neste quadro algo sombrio, passamos para o problema da relação do ensino com o conhecimento científico e os seus jogos de investigação. Neste capítulo, a exigência de *performance* direcciona o ensino segundo critérios de performatividade. O ensino é assim organizado em função da criação de competências específicas para responder às exigências de performatividade da sociedade, em geral, e dos jogos de Conhecimento técnico-práticos, em particular (LYOTARD, 2003, p. 98-108). A consequência da formação de competências segundo fins de performatividade situados é a queda do Conhecimento enquanto ideal auto-suficiente motivador do ensino, i.e., já não se ensina (principalmente nas universidades) primeiramente com vista à formação e perpetuação do Conhecimento *per se*, mas ensina-se em função da exigência da criação de competências teórico-técnicas específicas com vista a atingir metas concretas de

performatividade. As palavras de ordem do ensino passam então a ser competência direccionada e performatividade, deixando-se para segundo plano, ou mesmo abandonando-se gradualmente, a competência segundo critérios de verdade e falsidade ou de justiça e injustiça.<sup>4</sup>

Este horizonte pós-moderno da performatividade e da competência objectiva por via do Conhecimento é efectivado por via de dois factores que vale a pena reter. Por um lado, a *massificação* mais ou menos aberta da informação disponível, e, por outro, a *pluridisciplinaridade*. Já iremos a eles.

Lyotard (2003, p. 109) afirma que o conhecimento científico não avança exclusivamente em função de critérios de performatividade, mas também em função de um determinado mecanismo de “pesquisa” que funciona graças às contradições e aos paradoxos que vão resultando da própria investigação. Isto quer basicamente dizer que a ciência se desenvolve em virtude dos seus enunciados serem muitas vezes contraditórios ou falsificáveis entre si. Lyotard vê o jogo científico (dizemos nós) como um género de escada na qual cada degrau gera contradições remetem para um novo degrau (um pouco, continuamos nós a dizer, à guisa do agora caduco e abandonado sistema hegeliano de tese, antítese, síntese). Para perceber esta metáfora basta pensar que cada degrau da escada é constituído por um conjunto de argumentos e provas que, na medida em que são frequentemente paradoxais em si ou entre si, remetem para novos argumentos e novas provas, portanto, para novos degraus.

Paralelamente,

Ao interessar-se pelos indecidíveis, pelos limites da precisão do controlo, pelos *quanta*, pelos conflitos com informação não-completa, pelos *fracta*, pelas catástrofes, pelos paradoxos pragmáticos, a ciência pós-moderna constrói a teoria da sua própria evolução como descontínua, catastrófica, não rectificável, paradoxal. Ela altera o sentido da palavra *conhecimento* e diz como pode ocorrer essa mudança. Ela produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo nenhum o da melhor *performance*, mas o da diferença compreendida como paralogia. (LYOTARD, 2003, p. 119).

---

<sup>4</sup> Apesar da *Condição pós moderna* ser um texto de 1979, a análise de Lyotard confirma-se, neste ponto, cada vez mais nos nossos dias. Um exemplo claro dessa actualidade é-nos dado pelos resultados do acordo de Bolonha, cujos primeiros objectivos parecem ser disciplinar o Ensino Superior Europeu segundo critérios de *competência* e *performatividade* direccionados para suprir as necessidades objectivas de uma sociedade europeia unida primeiramente em torno de ideais socioeconómicos, relegando para segundo plano ideais culturais e de sabedoria.

Esta sugestão é crucial porque nos remete para uma ciência pós-moderna que sobrevive e se regenera em função da estranheza e da bizarria dos seus próprios objectos e metodologias. O jogo científico não se faz no consenso entre os que o jogam a propósito de objectos conhecidos, mas sim no seu dissentimento sobre o desconhecido! A ideia é a de que o consenso entre agentes que jogam o jogo científico, sobre regras, enunciados e provas, só pode ser delimitado temporalmente ou, quanto muito, estabelecido pontualmente. Bem entendido, isto dá azo a que a ciência produza resultados constantemente em aberto e, em última instância, indeterminados.

### 3. SECÇÃO 2

É tempo de analisar criticamente a posição de Lyotard sobre estas matérias. Assim, por exemplo a propósito do problema da indeterminação do jogo científico na pós-modernidade, viu-se que Lyotard pensa que a indeterminação adjacente à validação das regras e resultados do jogo científico é uma das principais causadoras da deslegitimação do Conhecimento nesse período. Isto não nos parece contudo ser inteiramente correcto. Na verdade, a indeterminação não parece funcionar realmente como um factor de deslegitimação mas sim de renovação do jogo científico. As grandes viragens teóricas e os grandes problemas de justificação colocados pelo jogo filosófico e científico no Século XX apenas contribuíram para renovar uma orla exterior do Conhecimento, mantendo-se, contudo, um núcleo residual inabalável. Por exemplo, as teorias da relatividade, de Einstein, e dos cones de luz, de Minkowsky, não anulam todas as conclusões extraídas da teoria físico-matemática de Newton. É sabido que, no essencial, ocorreu uma reformulação desta última em função das primeiras. Mas há, de facto, uma lei universal da atracção e repulsão, quer tenha como fundamento a acção de forças à distância, curvaturas no espaço-tempo, ou, ainda, forças que se manifestam ao nível dos quanta. Claro que as teorias da relatividade de Einstein parecem falsificar o conceito de espaço-tempo absoluto newtoniano; mas, no essencial, as primeiras Três Leis de Newton continuam a ser princípios básicos da física-mecânica contemporânea, para objectos não-quânticos, o que é um bom indicador de que o núcleo central da teoria não é afectado pelas teorias posteriores.

Sendo inegável que desde sempre ocorreram falsificações completas de teorias anteriormente consideradas válidas, por exemplo nos casos de uma boa parte da física aristotélica, o da totalidade da física cartesiana, ou do geocentrismo ptolomaico, a verdade é que essas mesmas teorias continuam a fazer parte do corpus científico, uma vez que são usadas como exemplos de teorias falsificadas. Neste sentido, essas teorias são úteis para confirmar e legitimar, e não deslegitimar, o próprio corpo do conhecimento científico. Só uma perspectiva redutora do corpo da ciência enquanto conjunto de teorias verdadeiras poderia conduzir à ideia da inutilidade dessas teorias falsas, ou à ideia de que a ciência só produz resultados indeterminados. A revisibilidade da ciência e a falsificabilidade de um conjunto significativo de teorias científicas (por causa do modo a que a elas se chegou), sendo marcas da ciência, não podem ser contudo confundidas com a indeterminação geral do conhecimento científico. A prová-lo está um núcleo duro de teorias científicas que dificilmente exibem a marca da variabilidade ou da indeterminação.

E os famosos teoremas da incompletude não funcionam como paradigmas da incompletude das regras de fundação do jogo científico, provando alegadamente que não é possível fixar essas regras, logo, que não é possível legitimar o Conhecimento. Isso só seria assim se as regras fossem também elas imunes à revisibilidade. Quer dizer, se fossem inalteráveis, monolíticas, insusceptíveis de alteração. Mas não há tal coisa como imunidade à mudança em ciência ou no conhecimento científico—por isso são o que são, e não mitologia, ficção ou religião. As regras do estabelecimento do jogo teórico da ciência não são imunes à mudança. Mas isso não significa que não possam servir fins de aquisição de conhecimento, de sua acumulação e melhoria substantiva. As regras permitem-nos ir até certo ponto. Se se chega a um ponto e elas deixam de ser funcionais, ou se corrigem ou se alteram, e continua-se. Os cientistas são os primeiros a perceber que os resultados obtidos só podem aproximar-se do desejado segundo um telos de ciência se as regras usadas para atingir esses resultados forem elas próprias sujeitas ao crivo da crítica, se forem substituídas regularmente, se forem modificadas, e por aí em diante. O erro dos críticos do sistema de regras da ciência é geralmente pressupor que a revisibilidade dessas regras conduz à sua falibilidade, e que essa falibilidade torna-as inúteis. Mas a falibilidade faz parte do sistema. Só a aspiração, absurda do ponto de vista filosófico, devido às restrições que impõe, e por isso um desiderato platónico-cartesiano há muito abandonado, à fundação inabalável e

apodíctica das regras do jogo científico pode justificar a afirmação da inutilidade dessas mesmas regras. Mas ninguém aceita actualmente o desiderato de infalibilidade. A regra é pensar nas regras como funcionais, apesar de susceptíveis de revisão ou alteração. Pedir a infalibilidade das regras é incorrer em cepticismo pirrónico. Mas o céptico pirrónico deve refrear-se de asseverar para ser consistente com as suas próprias ideias.

Quanto à massificação e à pluridisciplinaridade Lyotard refere-as como contribuindo para, respectivamente, a confusão e a diversificação do Conhecimento, as quais são classificadas como propriedades negativas. Na verdade vivemos num mundo muito próximo do antecipado e projectado por Lyotard em 1979. O surgimento de uma sociedade de informação globalizada, em que os meios disponíveis para o transporte de dados são cada vez mais acessíveis e eficientes, possibilita uma circulação de informação na ordem dos milhões de Terabytes-segundo. Mas a massificação só é negativa para o edifício do conhecimento se não existir uma capacidade de filtragem e selecção da informação. Mas essa capacidade existe. Ela é manifesta, por exemplo, no sistema de avaliação científica de ensaios por pares, que, embora possa falhar ocasionalmente, costuma permitir a separação entre informação científica de qualidade e a que exhibe a sua falta. A massificação pode dificultar a escolha da informação, mas não invalida a qualidade dessa informação. Isso seria como dizer que o facto de haver muitas maçãs na banca da fruta no mercado implica que nenhuma maçã seja boa, mas isto não se segue daquilo. Quantidade e diversificação não são pois aparentemente factores de desagregação do Conhecimento. Pelo contrário, são elementos potenciadores, do saber comum, da ciência, da cultura e da sabedoria.

No que toca ao aparente conflito interno na ciência entre consenso e dissentimento, viu-se acima e de passagem que Lyotard defende que é prejudicial para o jogo científico, e o seu progresso, uma vez que, devendo esse edifício assentar no consenso, acaba por assentar no dissentimento. A ideia de Lyotard é que a ciência é um sistema aberto porque permite o aparecimento constante de novas razões, novos argumentos, novas teorias, possibilidades, e por aí em diante (LYOTARD, 2003, p. 126). O surgimento de um novo lance científico abala alegadamente a estabilidade de um sistema que se quer o mais estável possível. Apesar disto, a ciência aparece aos olhos de Lyotard como um sistema que admite a diferença teórica, o que é algo de muito trivial. Está inscrita na praxis científica a possibilidade de surgimento e aceitação de novos enunciados—lances—que rompem com o

que foi previamente estabelecido, inclusive as regras do próprio jogo, o que confere um carácter de instabilidade natural ao jogo, retirando-lhe as pretensões de constituir um sistema estável. Alegadamente, pois, o dissentimento abate o consenso como factor de legitimação do jogo, substituindo-o por um mecanismo de legitimação via paralogia ou contradição. O consenso é pois neste sentido apenas um meio restrito para outro meio que lhe é superior. O consenso é sempre localizado ou contextualizado, aspirando a ser um critério universal de validação e nunca conseguindo atingir esse estatuto. Segue-se que o conhecimento científico não tem uma base sustentada e sustentável.

A perspectiva Lyotard parece-nos incorrecta, assim como a sua conclusão. Não nos parece que a ciência tenha de assentar num consenso escrito na pedra, ou que o consenso tenha mais valor que o dissentimento para que a ciência possa vingar. De novo, essa ideia parece remeter-nos para uma concepção antiquada da ciência e do seu modo de funcionamento. De novo, a ciência é uma actividade de renovação, de ressurgimento, não de aceitação. Quer o consenso quer o dissentimento têm um papel instrumental importante na economia da descoberta e da confirmação científicas. Sem a concorrência dos dois em doses apropriadas, a ciência seria realmente um jogo de doutrinas, de dogmas e de (in)certezas (in)solúveis, e por aí fora. Mas a ciência é auto-regulada. O pensamento e a descoberta científica regulam-se por metodologias e princípios autocríticos. O desiderato de consensos inalteráveis, inclusive ao nível das regras e métodos do jogo científico, iria conspurcar o próprio jogo, tornando-o num jogo religioso, de fé, de verdades inquestionáveis e inabaláveis. Mas a ciência (e a filosofia) difere de outras actividades humanas justamente porque admite a sua própria falibilidade, bem como a necessidade dessa falibilidade. O dissentimento não deve pois ser conotado com um mal da ciência e do processo científico. Pelo contrário, deve ser visto como uma mais-valia indispensável e crucial.

Um problema associado é saber se a aceitação do igual ou superior valor do dissentimento face ao consenso, tal como descrito anteriormente, nos leva inevitavelmente para o relativismo epistemológico. A este respeito, parece-nos que que o dissentimento não é causa suficiente de relativismo, e muito menos nos parece sintomático de que as conclusões do relativista estão em ordem. Para se ver que assim é, basta pensar que o dissentimento (e já agora também o consenso) é instrumental, uma atitude metodológica, e

não um ponto de chegada. É assim que a comunidade científica vê o dissentimento. Grosso modo, o que o relativista geralmente reclama é que não é possível escapar ao dissentimento porque qualquer posição científica é relativa a um contexto (histórico, temporal, metodológico, etc). Mas isso não impede que, em primeiro lugar, determinadas posições estejam melhor sustentadas que outras e que, em segundo lugar, alguns resultados sejam melhores que outros. Sendo que o dissentimento pode prevalecer mesmo no final da discussão técnica entre dois cientistas com diferentes “valores”, conteúdos mentais pré-teóricos, metodologias, e por aí em diante, a verdade é que a ciência, vista como um conjunto orgânico e holístico, dispõe de mecanismos apropriados para lidar com esse dissentimento, geralmente decidindo-o, na maioria dos casos, ao fim de algum tempo.

Embora a posição de Lyotard a respeito do Conhecimento nos pareça aqui e ali razoável, a verdade é que ela não é compatível com a verdade, pois o Conhecimento resulta de uma constante renovação, levada a cabo por instrumentos que apenas *prima facie* lhe retiram a legitimidade. Quando inspecionamos o mundo de conhecimento e informação em que vivemos, bem como os progressos técnicos e culturais que nos disponibiliza, não podemos deixar de pensar e verificar que o conceito de Conhecimento de Lyotard está obsoleto. A incerteza, o avanço, a reformulação das regras, os jogos de linguagem, os lances inovadores, etc., são todos factores que permitem a consolidação desse mesmo conhecimento, o qual tem de ser visto como uma entidade flexível e mutável, nunca como uma entidade amorfa e acabada.

## REFERÊNCIAS

LYOTARD, J. **A Condição Pós-moderna**. Tradução José Bragança. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2003.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução: Manuel Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.